

O ACESSO UNIVERSAL E AS REGIÕES RURAIS E PERIFÉRICAS

Seminário Regulatel-IRG

GEP / Carlos Costa

1. DO SERVIÇO UNIVERSAL AO “MULTIVERSAL”;

2. NGN NAS ÁREAS RURAIS;

3. eINICIATIVAS;

4. CONCLUSÃO.

1. DO SERVIÇO UNIVERSAL AO SERVIÇO “MULTIVERSAL”

“The national effort (...) will facilitate the rapid and widespread buildout of state-of-the art broadband access facilities to every street corner and winding road, and every home and business in America. Such transformation will rival the building of the roads, canals, and ports that made commerce possible in pre-civil War America; the transcontinental railroads that made us a continental power in the late nineteenth century; the national highway system that opened the way for rapid transportation and demographic migration in the last century; and the immense efforts to extend telephone and electrical service to the far corners of America” (Copp, Michael, 2009).

- ▶ Os SIEG são actividades comerciais que preenchem missões de interesse geral, sujeitando-se a obrigações específicas de serviço público (artº 86º Tratado CE): é o caso, em especial, dos serviços em rede de transportes, de energia e de comunicações.
- ▶ O Tratado CE (artº 16º) e a Carta dos Direitos Fundamentais da UE reconhecem o papel dos SIEG no conjunto dos valores comuns da UE e na promoção da coesão social e territorial.
- ▶ SU segue lógica semelhante, pressupondo “contrato social” mediante o qual a Sociedade define, perante uma determinada perspectiva de evolução social e da conjuntura económica, prioridades para as missões de interesse geral.
- ▶ É neste contexto e perante também valorizações específicas do ponto de equilíbrio entre os custos e benefícios sócio-económicos decorrentes da inclusão ou exclusão de determinados serviços, áreas geográficas e estratos sociais que se redefine dinamicamente o contrato social” subjacente ao SU.



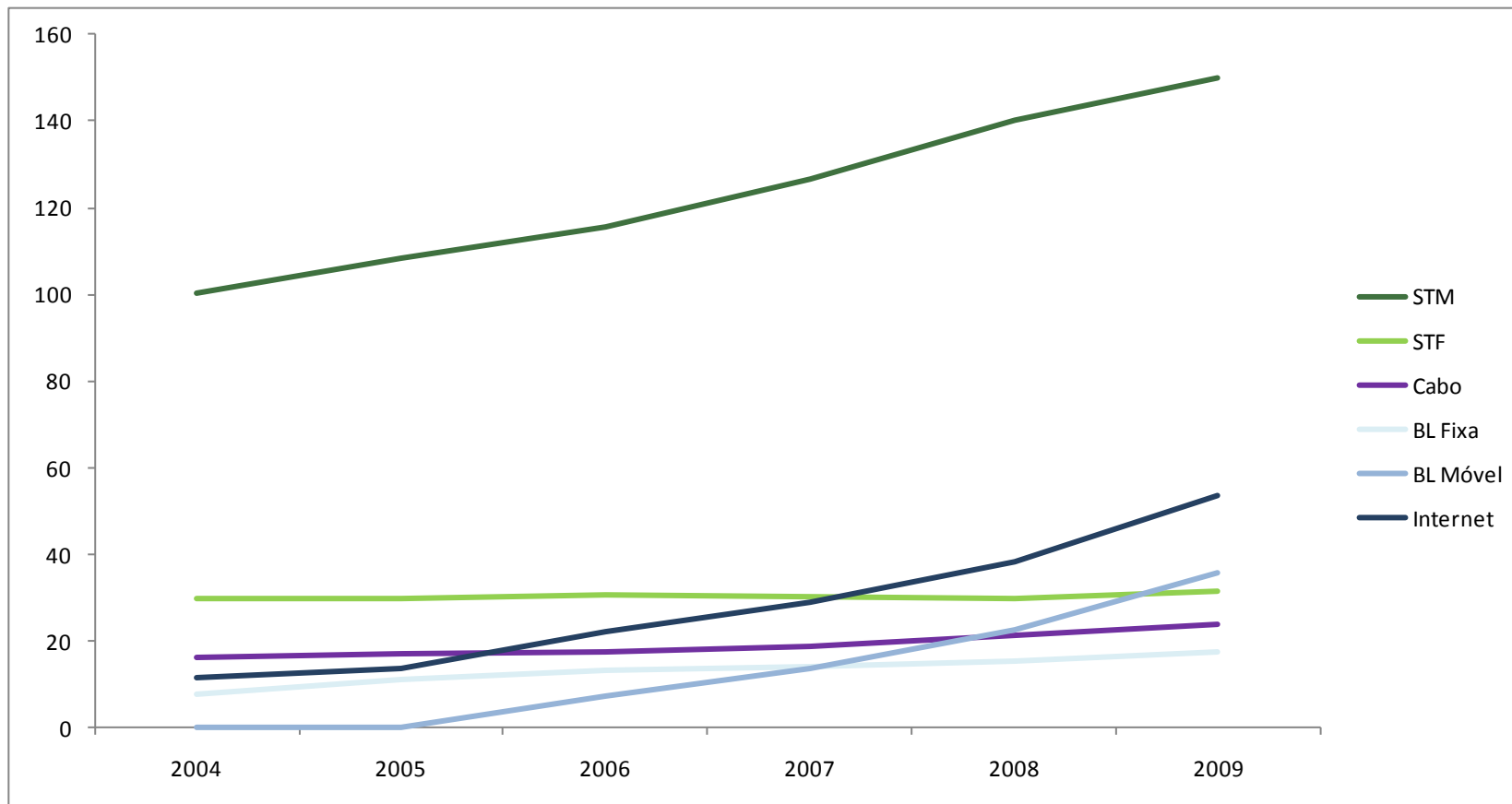
- *A prioridade era levar o STF:*
- *com uma qualidade especificada;*
 - *a todos os utilizadores finais;*
 - *independentemente da sua localização geográfica;*
 - *e a um preço acessível.*

► Do Serviço Universal ao Serviço “Multiversal”



- ▶ Hoje a prioridade das políticas públicas tem de ser “Multiversal”:
 - A massificação das diferentes formas de acesso à Sociedade do Conhecimento, nomeadamente:
 - a) Voz Fixa e Voz Móvel;
 - b) Internet Fixa e Internet Móvel;
 - c) Televisão por Subscrição e em Sinal Aberto;
 - d) Redes de Próxima Geração.
 - Em todo o território, incluindo regiões rurais e periféricas;
 - A um preço acessível, mas garantindo-se um uso eficiente da *res publica*;
 - Promovendo-se, em paralelo, a literacia digital.

Evolução da penetração por cada 100 habitantes (Portugal)



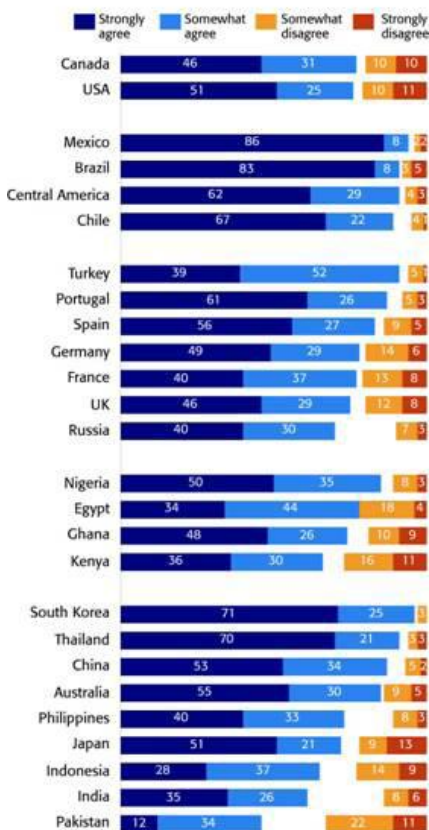
- ▶ Neste contexto, a CE estuda o alargamento do Serviço “Universal” equacionando-se a inclusão do:
 - Serviço Telefónico Móvel;
 - Acesso à Banda Larga.

- ▶ Isto, sem prejuízo de incentivos nacionais e comunitários destinados à implementação de redes de banda larga (“tradicional” ou de Próxima Geração) em áreas geográficas não concorrenciais.

- ▶ Os Estados-Membros deverão também ponderar a necessidade de medidas específicas destinadas a cidadãos com necessidades especiais.

- ▶ São os mecanismos de mercado suficientes para satisfazer a procura de serviços básicos de e-comunicações e garantir a inclusão social?
- ▶ Se não, qual a melhor política para cidadãos deficientes, de baixo rendimento e residentes em regiões rurais/periféricas acederem a esses serviços?
- ▶ Que papel, se algum, poderá caber ao SU na garantia da BL para todos?
- ▶ Quais os impactes da extensão do SU à BL sobre: (a) outras políticas da UE ou nacionais centradas na cobertura total de BL e (b) a concorrência, competitividade, investimento, inovação, emprego e ambiente?
- ▶ Se o SU se estender à BL, as obrigações deveriam ser definidas considerando os diferentes níveis de desenvolvimento de mercado dos Estados-Membros?
- ▶ É necessário um mecanismo específico para equilibrar a flexibilidade nacional com uma abordagem coerente e coordenada a nível europeu?
- ▶ Será o financiamento pelo sector compatível com a promoção de entradas no mercado, com a eliminação de distorções na concorrência e com as externalidades decorrentes para outros sectores da melhoria das redes de BL?

Access to the Internet Should Be a Fundamental Right of All People
"Agree" vs "Disagree," by Country, 2010



The white space in this chart represents "DK/NA."

Fonte: BBC/GlobalScan

- ▶ Portugal e Brasil parecem ser países em que a maioria da população considera o acesso à internet como um "direito humano".
- ▶ Num número limitado de países, o acesso à internet é considerado já como um "direito humano" (e.g. Estónia, Finlândia e França).
- ▶ Em 2009, o Conselho de Ministros da UE convidou os Estados-Membros a garantir uma cobertura de 100% da banda larga em 2013, sempre que possível através de mecanismos pró-concorrenciais.

2. NGN NAS ÁREAS RURAIS

- ▶ As áreas rurais são uma parte fundamental da vitalidade e identidade da UE;
- ▶ Abrangem mais de 91% do território e mais de 56% da população da UE;
- ▶ Existem diferenças significativas na oferta e adopção de serviços “*on line*” e no acesso à BL entre Estados-Membros e entre áreas urbanas e áreas rurais, sendo que “*o grosso da população rural recebe serviços de qualidade inferior e a preços mais altos*”.
- ▶ Segundo a “Estratégia de Lisboa”, a adopção e uso de TIC é fulcral para melhorar:
 - A competitividade do sector agrícola e florestal;
 - O ambiente e as zonas rurais;
 - A qualidade de vida e a diversificação da economia rural.
- ▶ No PREE visa-se assegurar, já em 2010, o acesso à BL por todos os europeus.
- ▶ A CE avançou recentemente com um financiamento suplementar de €1.000 milhões para colmatar lacunas na BL, permitindo que as zonas rurais respondam aos problemas suscitados pela actual situação económica e financeira.

Objetivos de Iniciativas Literacia Digital

	<i>i. Improve employability</i>	<i>ii. Improve quality of life</i>	<i>iii. Improve DL overall</i>	<i>iv. Condition-specific improvements</i>	<i>v. Citizenship development</i>	<i>vi. Bridge digital divide/social inclusion</i>	<i>vii. Improve ICT infrastructure</i>	<i>(N)</i>
<i>i. Population/disadvantaged groups at large</i>	24%	8%	80%	6%	10%	34%	32%	(142)
<i>ii. Educational system</i>	3%	1%	76%	27%	3%	18%	31%	(90)
<i>iii. Work related</i>	38%	8%	83%	25%	4%	38%	17%	(24)
<i>iv. Poor education and training</i>	55%	15%	73%	15%	9%	45%	33%	(33)
<i>v. Unemployed</i>	70%	11%	79%	9%	2%	44%	14%	(57)
<i>vi. Disabled</i>	22%	32%	60%	24%	4%	53%	13%	(95)
<i>vii. Health</i>	0%	17%	17%	33%	17%	33%	17%	(6)
<i>viii. Elderly</i>	15%	12%	76%	6%	9%	46%	13%	(82)
<i>ix. Young people at risk</i>	44%	19%	75%	6%	14%	58%	25%	(36)
<i>x. Women</i>	37%	11%	83%	7%	11%	48%	11%	(46)
<i>xi. Rural development</i>	31%	8%	78%	11%	8%	56%	64%	(36)
<i>xii. Urban development</i>	29%	7%	64%	14%	7%	64%	57%	(14)
<i>xiii. Ethnic, cultural and language minorities</i>	36%	11%	78%	9%	7%	49%	22%	(45)
<i>xiv. Criminal/other illegal behaviour</i>	55%	18%	73%	0%	0%	55%	0%	(11)
<i>xv. Other groups</i>	33%	33%	100%	33%	0%	67%	67%	(3)
All initiatives	21%	12%	69%	13%	7%	37%	23%	(464)

- ▶ A viabilidade dos investimentos NGN depende de dois factores críticos:
 - O custo das casas passadas;
 - As taxas de penetração.

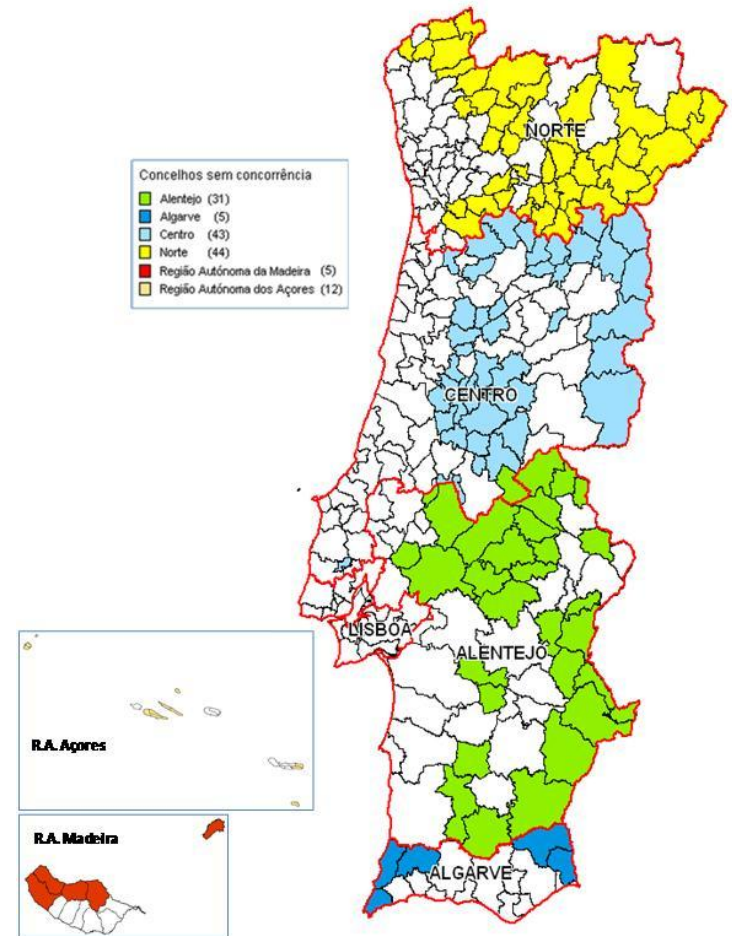
- ▶ Os custos de implementação das NGA em áreas rurais são muito elevados:
 - Maior dispersão populacional;
 - Maior comprimento do lacete local.

- ▶ As taxas de penetração tenderiam a ser mais baixas nas áreas rurais:
 - Menor rendimento *per capita*;
 - Envelhecimento da população;
 - Menor intensidade da concorrência.

- ▶ Antecipando as preocupações do PREE, o Governo adoptou em 30/07/2008 as suas orientações estratégicas para as NGN, as quais visam:
 - Promover o investimento e desenvolvimento nacional, assente num modelo em que coexistam concorrência em infra-estruturas e em serviços;
 - Remover obstáculos ao acesso, relativos a barreiras “horizontais” e “verticais”;
 - Garantir o Acesso a produtos e serviços inovadores.

- ▶ No plano das acções concretas, decidiu-se desenvolver as seguintes acções:
 - Ligação de 1 milhão de utilizadores a NGN até 2010;
 - Ligação de todas as escolas do ensino básico/secundário e serviços de justiça a NGN até 2010;
 - Ligação de todos os hospitais, centros de saúde, universidades, redes públicas de museus e bibliotecas a NGN até 2009.

- ▶ Para assegurar a coesão territorial e a igualdade de oportunidades, o Governo avançou com concursos para se investir em NGN em Zonas Rurais, com apoio da UE.
- ▶ Critérios que determinaram os 140 municípios abrangidos foram inexistência de investimento em:
 - Rede de cabo coaxial;
 - Infra-estrutura própria dos OOA.



▶ Cada concurso terá de garantir:

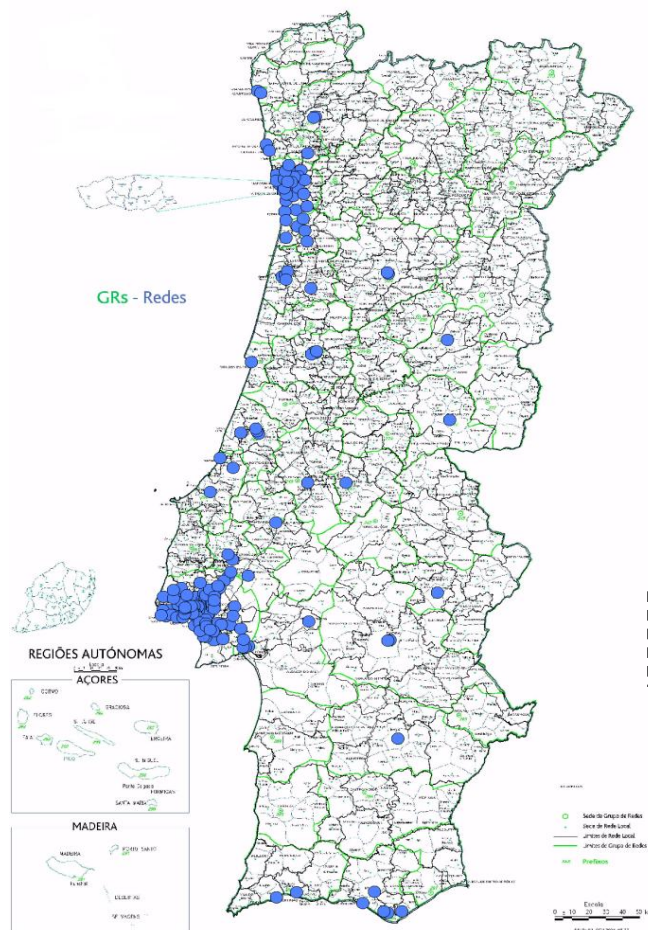
- Uma cobertura mínima de 50% da população de cada concelho;
- No prazo máximo de 24 meses;
- Um débito mínimo de 40 Mbps por utilizador final.

▶ Cada uma das redes de alta velocidade deve:

- Ser explorada como rede aberta;
- Assegurar, durante 20 anos, a disponibilização de uma oferta grossista;
- Apresentar técnico-financeiras obedecendo, aos princípios da transparência, não discriminação e respeito pelas regras da concorrência.

▶ Em Fevereiro de 2009 foram anunciados os vencedores no Continente:

- Volume casas passadas FTTH ponto-multiponto cerca de 220 mil;
- Custo casa passada entre cerca de €800 e €2.300.



Obrigações *bitstream* foram removidas após período transitório de um ano.

LLU

Bitstream

“C Areas”



x

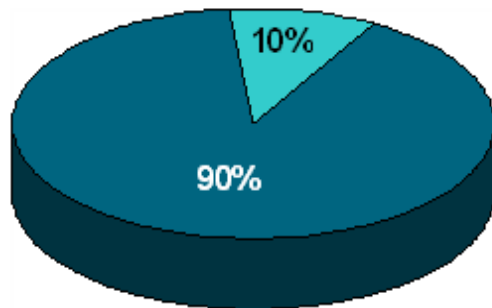
“NC Areas”



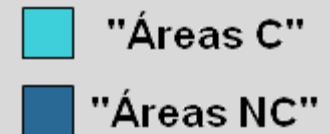
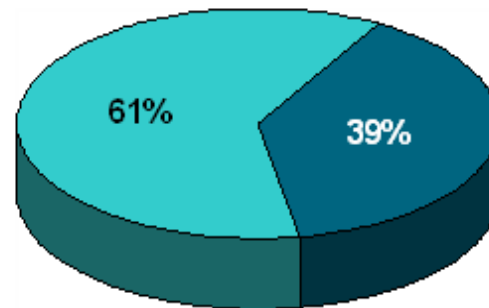
A CE aprovou em Janeiro de 2009 a análise de mercado do ICP-ANACOM, a qual concluiu que:

- num número significativo de áreas geográficas:

Nº MDFs



Nº Acessos BL



- os mercados de BL são concorrenciais (e.g. o operador de cabo concorre com o operador histórico e há pelo menos um operador co-instalado).

3. eINICIATIVAS

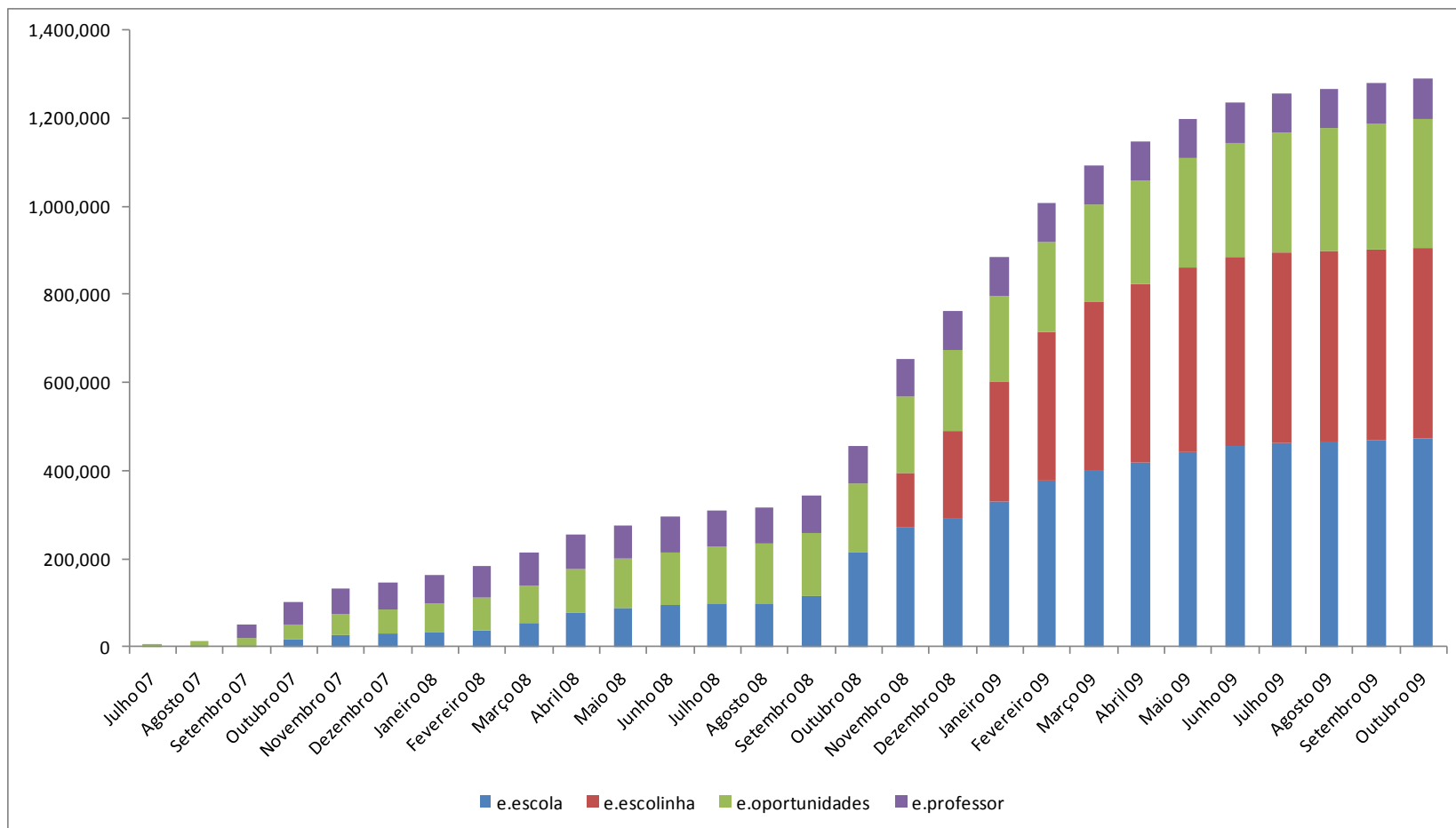
- ▶ O Plano Tecnológico, aprovado pelo governo em 2005, é uma agenda de mudança social prioritária para as políticas públicas, baseando-se em 3 eixos:
 - Conhecimento - Elevar a educação da população, através de aprendizagem ao longo da vida e mobilizá-la para a SI;
 - Tecnologia - Reforçar competências científicas e tecnológicas, públicas e privadas, reconhecendo o papel das empresas na criação de emprego qualificado e na I&D;
 - Inovação – Impulsionar a inovação, facilitando a adaptação do tecido produtivo aos desafios da globalização através da difusão, adaptação e uso de novos processos, formas de organização, serviços e produtos.

- ▶ Ainda em 2005 o governo lançou o programa “Ligar Portugal”, com linhas de orientação para desenvolvimento da Sociedade da Informação:
 - Mobilizar a sociedade e estimular redes de colaboração;
 - Promover a inclusão social.

- ▶ O governo lançou, em 01/06/2007, um conjunto de iniciativas para a generalização do acesso a computadores pessoais e à BL (móvel), designado de e.iniciativas, englobando as acções e.oportunidades, e.escola e e.professor.
 - É oferecido um *laptop* com Vista, Office 2007, BLM por €150 e desconto de €5 na mensalidade de estudantes, formandos e professores.
- ▶ No início do ano lectivo 2008/2009, foi lançada a acção e.escolinha.
 - É oferecido um *laptop* adaptado a crianças, por €50.
- ▶ Existem reduções de preços que podem ir até à gratuitidade no caso de alunos carenciados.

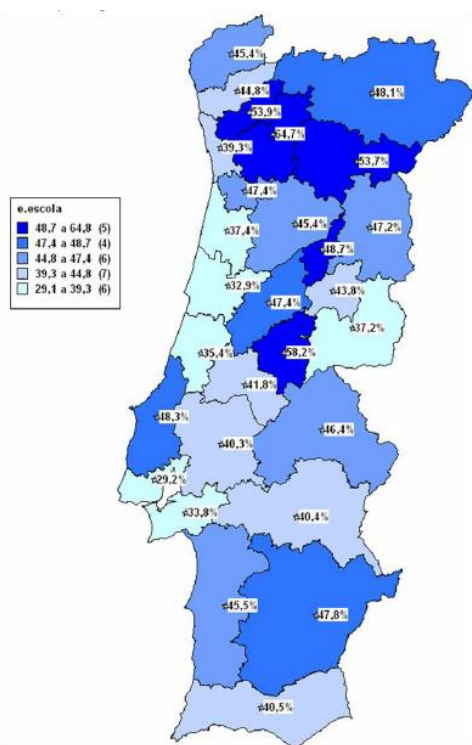


- ▶ A evolução tem sido visível, com taxas de adesão de cerca de 40%, sendo que em meados de Outubro 2009 o volume de aderentes era cerca de 1,3 milhões.

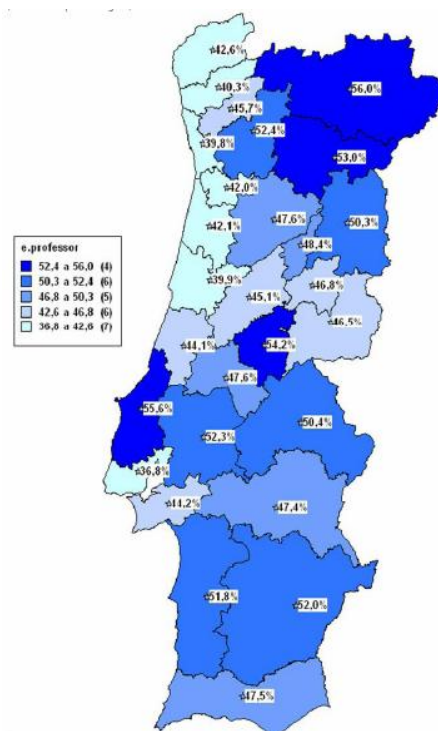


- ▶ A taxa de adesão às e.iniciativas é maior nas regiões do interior onde a adesão à BL vinha sendo menos rápida (em especial no programa e.escola).

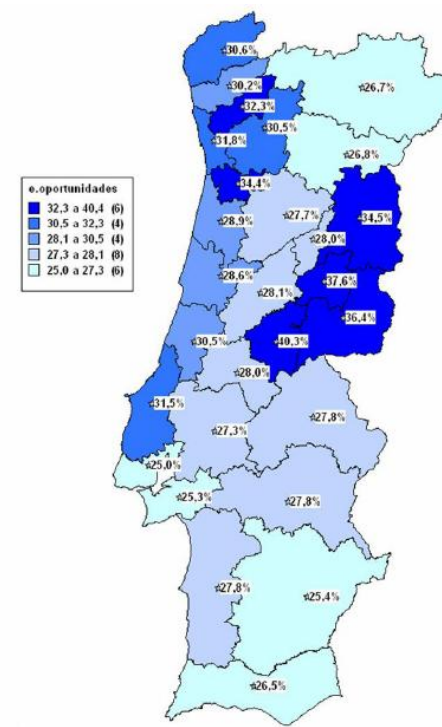
e.escola



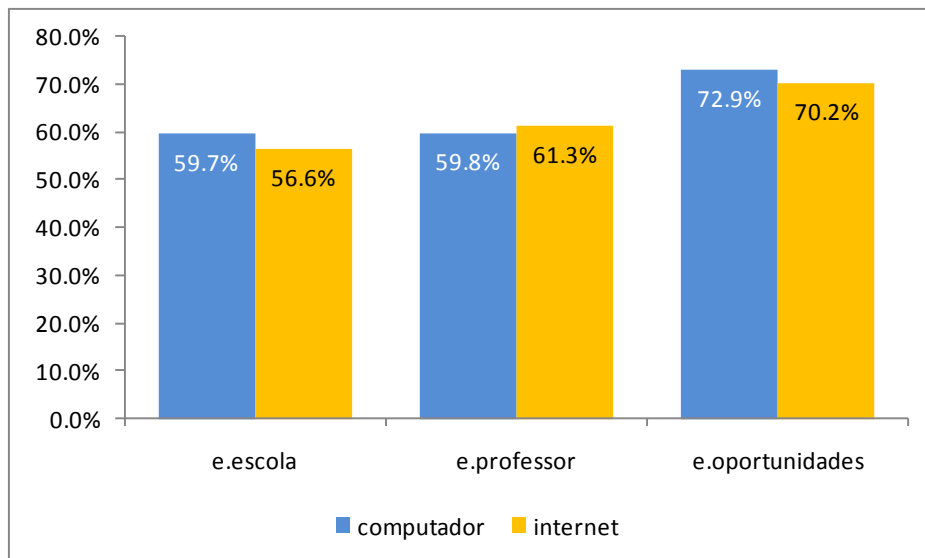
e.professor



e.oportunidades

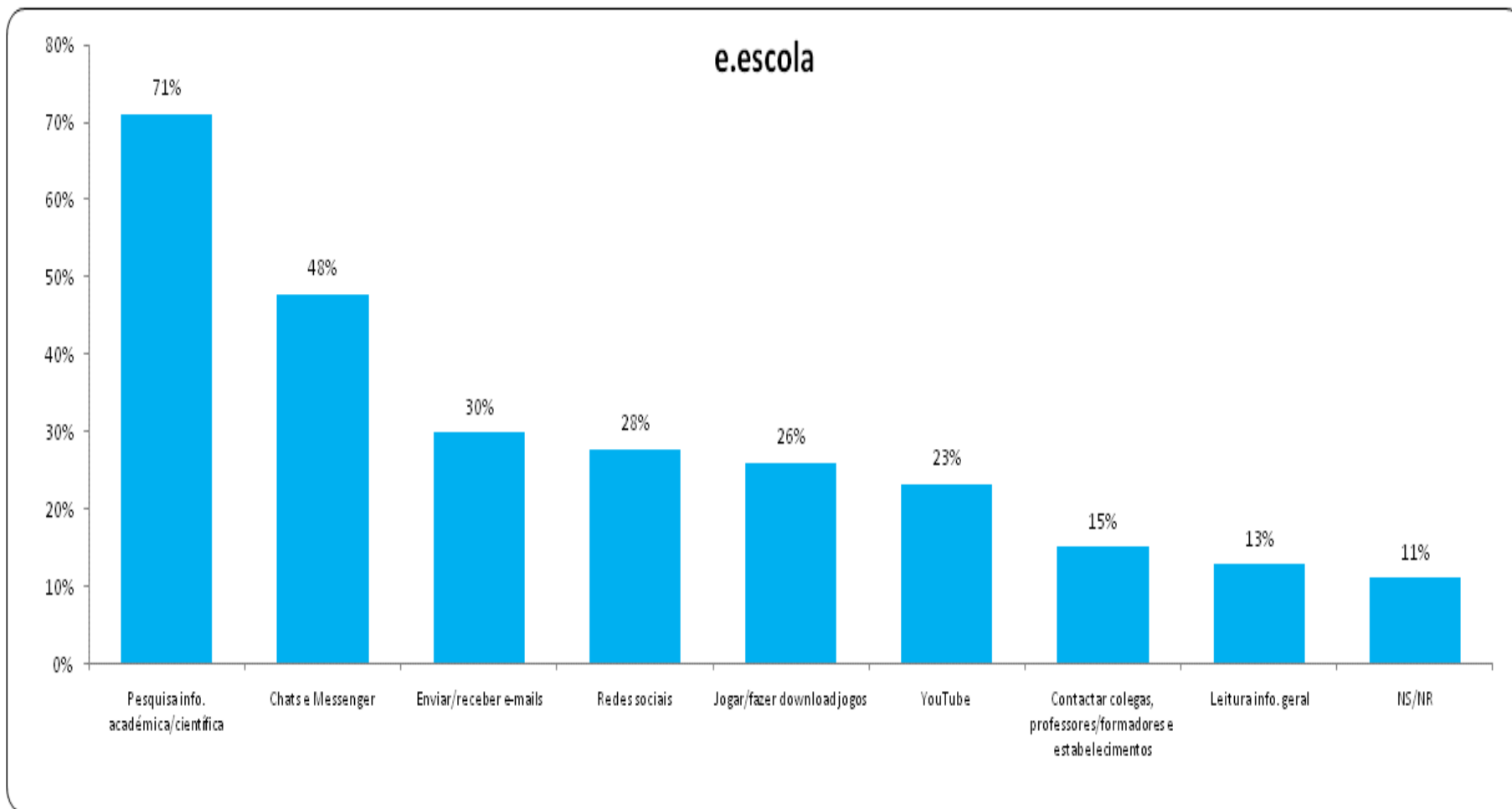


Crescimento da intensidade do uso do computador e internet *post* adesão



- ▶ O preço da oferta é um dos principais motivadores da adesão, a par da mobilidade (na e.escola e e.professor).
- ▶ A intensidade do uso do computador e internet cresceu após a adesão.
- ▶ A maioria dos aderentes (em especial alunos), não desistiu nem conta desistir do acesso à BL que tinha em casa, previamente à adesão.
- ▶ As e.iniciativas aceleraram adoção de PC e internet.
- ▶ Entre 91% e 96% dos aderentes provém de famílias onde existiam computadores antes da adesão.

- ▶ O tipo de utilização da internet nas e.iniciativas é “virtuoso”.



- ▶ 4/5 dos aderentes podem considerar-se “adeptos” das e.iniciativas.
- ▶ Sem prejuízo, identificaram-se pontos de aperfeiçoamento, relacionados com:
 - Melhorias no serviço pós-venda;
 - Algumas das condições de serviço.

4. CONCLUSÃO

- ▶ As políticas públicas seguidas têm-se associado ao crescimento real e expectável da penetração da banda larga, em especial, mas não só, nas regiões rurais e periféricas.
- ▶ Em política (pública) nem sempre o que parece é.
- ▶ É preciso avaliar continuamente a evolução do mercado e os custos e os benefícios marginais da actuação estatal e regulatória na “multiversalização” do acesso, garantindo a racionalidade social e económica dessa intervenção.